



AZ@BXL

Número: 324

Data: 2024.07.12

No título: [Caminhos de Santa Luzia PR01PIC](#)

*Nota: A [série atual](#) percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A trigésima sétima edição aventura-se pelo trilho dos “[Caminhos de Santa Luzia PR01PIC](#)”, na ilha do Pico. O trilho tem início na freguesia de Santa Luzia junto à Miragaia e termina perto da Igreja de Santa Luzia. Os “[Caminhos de Santa Luzia](#)” constituem as antigas vias de comunicação dos nossos antepassados, que descem em direção ao mar atravessando a Área de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha – Zona Norte, bem como a Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, classificada pela UNESCO como Património Mundial, marcada por muros reticulados das vinhas e das figueiras.*

*Iniciando o trilho junto à Estrada Regional e após um troço de asfalto, entre numa canada estreita e bastante irregular, que outrora servia de acesso a vinhas e terrenos de cultivo, ladeada por muros de pedra com vegetação envolvente em quase toda a sua extensão. Desemboca num caminho largo onde existem adegas típicas e casas de veraneio, circundadas por vinhas, em Área de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha. Seguindo o trajeto definido é possível observar, em quase toda a sua extensão, as rilheiras, sulcos marcados no basalto pelos carros de bois, que faziam o transporte de vinho. Pode ver ainda as ruínas do Forno dos Frades, com a sua imponente chaminé em pedra. Ao longo do percurso, passa por um caminho quase sempre largo com origem nos séculos XVII e XVIII, com o pavimento na própria rocha natural e com pequenas lajes de pedra, ladeado por muros altos de alvenaria de pedra seca.*

*Passando pela Igreja de Santa Luzia, cuja construção inicial data do século XVIII, continue por um caminho de terra batida que desemboca numa canada antiga ladeada por muros de pedra e vegetação densa, que o traz de volta à referida igreja, onde termina o percurso.*

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

## DESTAQUES



[Governo dos Açores atribui Bolsa de Estudo Medeiros Ferreira a Gonçalo Oliveira](#)

[Governo dos Açores valoriza papel do teleporto de Santa Maria no regresso da Europa ao espaço](#)

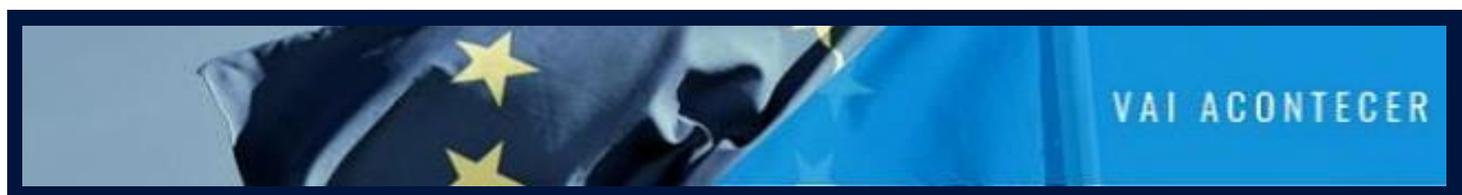
[Acórdão do Tribunal de Justiça da UE sobre a luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais em Portugal](#)

[Relatório da UNESCO sobre o estado dos oceanos 2024](#)

[“Verbas da UE para a coesão: sistema de controlo procura-se”, refere o Tribunal de Contas Europeu](#)

[Adotado programa de trabalho para 2025 do Conselho Europeu de Investigação](#)

[População da UE volta a aumentar em 2024](#)



15 de julho



### Conselho (Agricultura e Pescas)

A Presidência húngara [fará](#) uma apresentação **pública** do seu programa de trabalho, delineando as principais **prioridades** no domínio da agricultura e das pescas para o próximo semestre. Com base nas informações da Comissão Europeia, os ministros da Agricultura debaterão **questões agrícolas relacionadas com o comércio**, um tema recorrente na ordem do dia do Conselho.

O Conselho realizará um debate especificamente consagrado às formas de melhorar a **viabilidade a longo prazo das zonas rurais**, com destaque para a **renovação geracional** e os **aspetos demográficos**. Entre os pontos «Diversos» da ordem do dia, a Presidência húngara prestará publicamente ao Conselho informações relativas aos resultados do fórum político BIOEAST sobre a promoção da investigação e da inovação na Europa Central e Oriental, realizado em Bruxelas em 4 de julho de 2024.

Poderá acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

16 de julho



### Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

A Presidência húngara [apresentará](#) as suas prioridades e o seu programa de trabalho no domínio dos assuntos económicos e financeiros. Os ministros farão o balanço da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). O Conselho procurará adotar uma decisão de execução que aprove o plano de recuperação e resiliência alterado da Alemanha, que inclui um novo capítulo REPowerEU. Os ministros serão informados sobre a situação atual em termos de impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia.

No contexto do Semestre Europeu, o Conselho será convidado a aprovar as recomendações específicas por país, bem como as conclusões sobre as apreciações aprofundadas de 2024 no âmbito do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos. O Conselho debaterá a existência de défices excessivos em sete Estados-Membros: Bélgica, França, Itália, Hungria, Malta, Polónia e Eslováquia. Debaterá igualmente o facto de a Roménia, que está sujeita a um procedimento relativo aos défices excessivos desde 2020, não ter tomado medidas eficazes para corrigir esta situação.



## Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) vertente Emprego e Política Social

Espera-se que os ministros [aprovem](#) os aspetos sociais e de emprego das recomendações específicas por país (REP) dos Estados-Membros para as suas políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais. O Conselho será também convidado a aprovar o parecer do Comité do Emprego e do Comité da Proteção Social sobre a avaliação das REP para 2024 e a aplicação das REP em 2023.

16 a 19 de julho



## Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os parlamentares europeus [estarão](#), entre os dias 16 e 19 de julho, reunidos em Estrasburgo, pela primeira vez nesta legislatura (2024/2029), para a sua investidura, na sequência das eleições que decorreram entre 6 e 9 de junho de 2024 para o Parlamento Europeu. Deverá ainda decorrer a votação para a reeleição da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, nome [proposto](#) pelo Conselho Europeu, no passado dia 27 de junho de 2024, para candidata ao cargo de presidente do executivo comunitário.

Poderá encontrar [aqui](#) a versão final da agenda para esta primeira sessão desta legislatura.

18 de julho



## Reunião da Comunidade Política Europeia

A Comunidade Política Europeia [tem](#) por objetivo **promover o diálogo político e a cooperação** para abordar questões de interesse comum, e **reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade** do continente europeu. Esta plataforma de coordenação política não substitui as organizações, estruturas e processos existentes, nem visa criar novas organizações, estruturas ou processos nesta fase.

Até à data, a Comunidade Política Europeia reuniu-se três vezes. Na sua primeira reunião, realizada em outubro de 2022, os dirigentes debateram sobretudo assuntos relacionados com a paz e a segurança, especialmente a guerra da Rússia na Ucrânia, e a crise energética. Na reunião seguinte, realizada em junho de 2023, debateram os esforços conjuntos desenvolvidos em prol da paz e da segurança, da resiliência energética, da conectividade e da mobilidade na Europa. A terceira reunião da Comunidade Política Europeia juntou **dirigentes de todo o continente** em Granada (Espanha). Tendo por base os trabalhos realizados nas reuniões anteriores da Comunidade Política Europeia, os dirigentes debateram as formas de tornar a Europa mais **resiliente**, mais **próspera** e mais **geoestratégica**.

Até 21 de julho



## Consulta pública relativa à revisão do regulamento de *minimis* para o setor agrícola

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) relativa à [revisão do Regulamento de \*Minimis\* para a agricultura](#). Todas as partes interessadas podem responder à consulta pública até 21 de julho de 2024. O Regulamento *de Minimis* no setor agrícola isenta os auxílios de montante reduzido do controlo dos auxílios estatais, uma vez que se considera que não têm impacto na concorrência e no comércio no mercado único. Na sequência da sua última [revisão, em 2019](#), os Estados-Membros podem atualmente conceder apoio ao setor agrícola até 20 mil euros por beneficiário, durante um período de três exercícios fiscais, sem notificação prévia à Comissão para aprovação. Segunda a **proposta de revisão da Comissão**, por exemplo, **o aumento do limite máximo de *minimis* ao longo de três anos passa de 25 mil euros para 37 mil euros, de modo a ter em conta a inflação**.

Até 31 de julho



## Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia – apresentação de candidaturas

O Prémio, no valor de 20 mil euros, está aberto a jornalistas profissionais e a equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que podem apresentar artigos de fundo que tenham sido publicados ou difundidos por meios de comunicação social sediados num dos 27 países da União Europeia. O objetivo é apoiar e realçar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e dos direitos humanos. Os jornalistas podem submeter o(s) seu(s) artigo(s) *online* em <https://daphnejournalismprize.eu/> até **31 de julho de 2024, às 12h00** (hora de Bruxelas).

Até 27 de agosto



### Consulta pública: Acordo Económico e Comercial Global EU-Canadá (CETA) – avaliação

O Acordo Económico e Comercial Global (CETA) estabelece o quadro para uma parceria económica e comercial sustentável e mutuamente benéfica entre a EU e o Canadá. O ano de 21 de setembro de 2022 marcou cinco anos de aplicação provisória do CETA. Na sequência deste marco, a Comissão [publicará](#) uma avaliação baseada em dados concretos do CETA, analisando o seu impacto económico, social e ambiental após cinco anos de aplicação provisória.

28 a 31 agosto



### Summer Cemp 2024

A sétima edição do [Summer Cemp](#), a escola de verão da [Representação da Comissão Europeia em Portugal](#), terá lugar em **Miranda do Douro**, no distrito de Bragança, entre os dias **28 e 31 de agosto de 2024**, com o apoio da [Câmara Municipal de Miranda do Douro](#) e a colaboração do centro [Europe Direct Bragança](#).

Com um programa imersivo, intenso e dinâmico, um **grupo diverso de estudantes do ensino superior** terá a oportunidade de interagir com um vasto leque de **protagonistas da atualidade portuguesa e europeia** (da política, dos media, da academia, dos setores privado e social, do desporto, da cultura e da comunidade local). Em conjunto, vão refletir de forma prática sobre as prioridades e políticas europeias com uma ligação direta à região anfitriã e ao seu rico património arquitetónico e cultural.

De 5 a 19 de setembro



### LIFE 2025: Convites à apresentação de propostas

A Comissão Europeia [abriu](#) um [período de apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa LIFE, com um total de 571 milhões de euros disponíveis para projetos que promovam a natureza e a biodiversidade, a economia circular e a qualidade de vida, a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, a transição para as energias limpas, o novo *Bauhaus* europeu e a governação ambiental.

Foram lançados vários convites à apresentação de propostas para os diferentes tipos de subvenções concedidas aos projetos LIFE. Todos os pormenores estão [disponíveis na página](#) dos convites à apresentação de propostas do [LIFE 2024](#). O financiamento total do LIFE para o período 2021-2027 é de 5,4 mil milhões de euros, um aumento de quase 60%, e inclui agora um subprograma de Transição para as Energias Limpas. O período de candidaturas para a maior parte das ações termina em setembro (17 e 19 de setembro). Os que vão até março de 2025 têm de submeter as notas conceptuais até 5 de setembro de 2024.

Até 6 de setembro



### Política comum das pescas — avaliação

A avaliação proporcionará uma visão geral dos resultados do Regulamento Política Comum das Pescas e dos seus instrumentos e medidas na última década (2014–2024). Permitirá determinar se foi alcançado o objetivo geral de garantir que a pesca e a aquicultura sejam sustentáveis no plano ambiental e geridas de forma coerente com os objetivos de obtenção de benefícios económicos, sociais e de emprego. Contributos [aqui](#).



### Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) 2014–2020 — avaliação *ex post*

Esta avaliação tem por objeto as realizações do FEAMP, que esteve em funcionamento de 2014 a 2020. A avaliação examina, em particular, a eficácia e a eficiência do FEAMP, a sua coerência com outras políticas e pertinência e o valor acrescentado da EU. Procura determinar: a forma como o Fundo alcançou os objetivos para cada prioridade da EU; até que ponto permitiu dar resposta às crises e às perturbações do mercado; e os fatores que contribuíram para o êxito ou fracasso dos seus investimentos. A apresentação de comentários pode ser feita [aqui](#).

Até 10 de setembro



### Comissão abre candidaturas para o Prémio Cidade Acessível 2025

Estão abertas as candidaturas para o Prémio Cidade Acessível 2025. Este prémio [reconhece](#) as cidades que realizaram um trabalho notável para se tornarem mais acessíveis às pessoas com deficiência. A edição de 2025 assinala o 15.º aniversário do

Prémio Cidade Acessível. Nesta próxima edição, ligada aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Paris 2024, a Comissão atribuirá também uma menção especial às “infraestruturas desportivas acessíveis”.

O prémio é organizado pela Comissão Europeia em parceria com o Fórum Europeu da Deficiência. Está aberto a cidades da EU com mais de 50 mil habitantes. Os vencedores do primeiro, segundo e terceiro lugares do Prémio Cidade Acessível 2025 recebem prémios de 150 000, 120 000 e 80 000 euros, respetivamente. Os vencedores serão anunciados numa cerimónia de entrega de prémios durante a conferência do Dia Europeu das Pessoas com Deficiência, em 28 e 29 de novembro de 2024. As cidades podem apresentar as suas candidaturas até às 23h59 EDT de 10 de setembro de 2024.

Até 11 de setembro



#### Candidaturas às bolsas de pós-doutoramento MSCA

As [bolsas de pós-doutoramento MSCA](#) ajudam os investigadores experientes a adquirir novas competências, a desenvolver as suas carreiras e a adquirir experiência internacional, interdisciplinar e intersetorial trabalhando no estrangeiro. Estas bolsas prestigiadas constituem um trampolim nas carreiras dos investigadores, permitindo-lhes realizar investigação de ponta e cooperar com equipas e figuras científicas de renome. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 417,2 milhões de euros, encerrará em 11 de setembro.

Até 13 de setembro



#### Consulta pública sobre Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) 2014–2020

Esta avaliação tem por objeto as realizações do FEAMP, que esteve em funcionamento de 2014 a 2020. A avaliação examina, em particular, a eficácia e a eficiência do FEAMP, a sua coerência com outras políticas e pertinência e o valor acrescentado da EU. Procura determinar: a forma como o Fundo alcançou os objetivos para cada prioridade da EU; até que ponto permitiu dar resposta às crises e às perturbações do mercado; e os fatores que contribuíram para o êxito ou fracasso dos seus investimentos. A submissão numa posição à consulta pública pode ser feita [aqui](#).

Até 20 de setembro



#### Comissão lança consulta às partes interessadas sobre o Programa Europa Digital

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta aberta às partes interessadas, com a duração de 12 semanas, sobre o Programa Europa Digital (DIGITAL). A consulta tem por objetivo obter informações sobre as necessidades das partes interessadas relacionadas com a transformação digital, os benefícios do programa DIGITAL e possíveis melhorias. Como tal, reunirá diversas perspetivas, desde pequenas e médias empresas a organizações não governamentais, universidades, parceiros sociais, autoridades públicas e outras organizações públicas e privadas e cidadãos dos Estados-Membros da EU e países associados.

A Comissão publicará então um relatório de síntese dos resultados da consulta e das respostas das partes interessadas em “Dê a sua opinião”. As reações recebidas servirão para refletir sobre possíveis melhorias no âmbito do DIGITAL, bem como para orientar a conceção de futuras iniciativas. A consulta terminará em 20 de setembro de 2024. O Programa Europa Digital é um programa de financiamento da EU com um orçamento de mais de 7,9 mil milhões de euros, centrado em levar a tecnologia digital às empresas, aos cidadãos e às administrações públicas. O Programa Europa Digital complementa o financiamento disponível através de outros programas da EU, como o Horizonte Europa (para investigação e inovação) e o Mecanismo Interligar a Europa (para infraestruturas digitais), o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os fundos estruturais e outros.

Até 24 de setembro



#### Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de projetos](#) no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão – Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária – apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos – apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos – apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.

Até 25 de setembro



### Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras 2025 aberto a candidaturas

A Comissão Europeia [lançou](#) a edição de 2025 do Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras. Esta iniciativa conjunta, apoiada pelo Conselho Europeu de Inovação (CEI) e pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), celebra as realizações excepcionais das mulheres empresárias por detrás das inovações mais revolucionárias da Europa. Os vencedores serão selecionados em três categorias de prémios: Mulheres inovadoras; Mulheres inovadoras em ascensão; e Mulheres líderes.

O prémio premeia mulheres de toda a EU e de países associados ao programa de investigação e inovação da EU, Horizonte Europa, cujas inovações disruptivas estão a gerar mudanças positivas para as pessoas e o planeta. O prazo para apresentação de candidaturas é 25 de setembro de 2024 (17:00 CEST). Mais informações estão disponíveis [aqui](#).

Até 26 de setembro



### Convites à apresentação de propostas ao COFUND MSCA

O [COFUND MSCA](#) ajuda as organizações a criarem ou reforçarem os seus próprios programas de formação para doutoramento e bolsas de pós-doutoramento, com o objetivo de recrutar investigadores e atrair talentos internacionais através do cofinanciamento de uma parte significativa dos seus custos. As instituições que beneficiam desse financiamento devem complementá-lo com as suas próprias fontes de financiamento. Este regime divulga as melhores práticas das MSCA, promovendo normas elevadas e excelentes condições de trabalho. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 104,8 milhões de euros, encerrará em 26 de setembro.

Até 30 de setembro



### Novo financiamento da EU para ideias inovadoras destinadas a reduzir o desemprego de longa duração e a ajudar as pessoas a encontrar emprego

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de propostas](#) no valor de 23 milhões de euros para ajudar os Estados-Membros da EU a desenvolver novas formas de combater o desemprego de longa duração e ajudar as pessoas a reintegrar o mercado de trabalho. Este convite foi anunciado no recente plano de ação para fazer face à escassez de mão de obra e de competências na EU.

Através do presente convite à apresentação de propostas, financiado ao abrigo da iniciativa “Inovação Social +” do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), a Comissão tem por objetivo desenvolver iniciativas promissoras anteriores e reforçar o papel das organizações da economia social. Estas organizações dão prioridade a objetivos sociais e ambientais e reinvestem a maior parte dos seus ganhos nas suas iniciativas. Têm uma capacidade comprovada para apoiar pessoas que sofreram de isolamento e pobreza em consequência do desemprego de longa duração.

As organizações têm até 30 de setembro de 2024 para apresentarem as suas propostas, seguindo as instruções constantes do [sítio Web do convite](#), que deve envolver organizações de, pelo menos, dois países diferentes da EU, Islândia, Montenegro, Noruega e Sérvia. Os projetos podem ter uma duração máxima de 36 meses e podem receber subvenções que variam entre 1 e 3 milhões de euros por projeto. Uma [sessão em linha](#) a 28 de maio de 2024 oferecerá a oportunidade de colocar quaisquer questões sobre o convite, enquanto será também organizada uma sessão de *match-making* para facilitar a criação de novas parcerias para construir projetos. As informações sobre ambas as sessões serão disponibilizadas na página *Web* do convite.

7 a 10 de outubro



### 22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da “EURegionsWeek”? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da EU e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da EU e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de

redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da EU num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais.

Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#). [Inscrições já possíveis](#).

Até 14 de outubro



### Convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da política de coesão reforça a inovação urbana em toda a UE

Para reforçar e fortalecer ainda mais o desenvolvimento urbano sustentável nas cidades da EU, a Comissão Europeia [lançou](#) um terceiro convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE). Os projetos selecionados no âmbito deste convite testarão soluções inovadoras nas cidades para as ajudar a concretizar as transições ecológica e digital.

Os projetos devem centrar-se numa das duas prioridades seguintes: transição energética – experimentar e explorar soluções inovadoras tangíveis que garantam sistemas energéticos locais acessíveis, seguros e mais limpos; tecnologia nas cidades – explorar tecnologias emergentes e soluções digitais para melhorar os serviços públicos, a governação urbana, a qualidade de vida, a participação dos cidadãos e garantir que as nossas cidades são mais seguras e acessíveis a todos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) cofinanciará 80% dos custos do projeto, recebendo cada projeto até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de conhecimentos e a adaptação destas soluções testadas a outras cidades da EU, a fim de garantir que os projetos locais tenham um impacto social e económico mais vasto na Europa. Os restantes 20% serão cobertos pelas autoridades locais e pelos parceiros do projeto. Convidam-se os representantes interessados das cidades da EU a consultar a [página Web da IUE](#) para obter informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura. O prazo para apresentação de propostas termina a 14 de outubro de 2024.

Até 22 de outubro



### Comissão convida à apresentação de pedidos de financiamento para projetos transfronteiriços de energia limpa no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas no valor de 850 milhões de euros para apoiar projetos de infraestruturas energéticas no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa. Este é o primeiro convite à apresentação de propostas de financiamento para a primeira lista de projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo estabelecida ao abrigo do regulamento revisto relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E). O regulamento e a lista revistos estão alinhados com o Pacto Ecológico Europeu e ajudarão a EU a atingir os seus ambiciosos objetivos em matéria de clima e energia. É a primeira vez que os projetos de redes elétricas *offshore* e de hidrogénio são elegíveis para apoio ao abrigo do MIE e que as infraestruturas de combustíveis fósseis estão excluídas.

Os promotores de projetos poderão candidatar-se ao cofinanciamento da EU sob a forma de subvenções para estudos e obras de construção. O convite está aberto até 22 de outubro de 2024 e, a 14 de maio, a Comissão organizará uma jornada informativa virtual para apresentar o convite e informar as partes interessadas sobre o processo de candidatura e avaliação.

Até 27 de novembro



### Apresentação de candidaturas às redes de doutoramento MSCA

[As redes de doutoramento MSCA](#) executam programas de recrutamento e formação de doutorandos no meio académico e noutros setores, incluindo a indústria, as empresas e as administrações públicas. O regime inclui o desenvolvimento de diplomas conjuntos, incluindo um eventual [diploma europeu](#). **O convite à apresentação de propostas**, com um orçamento de 608,6 milhões de euros, **será aberto a 29 de maio e encerrado a 27 de novembro**.

ACONTECEU



### Comissão cria grupo de alto nível para o setor vitivinícola da UE

A Comissão Europeia [convidou](#) representantes dos Estados-Membros da UE a participarem num grupo de alto nível sobre a política vitivinícola, no qual serão debatidos os desafios e as oportunidades para o setor. O grupo realizará a sua primeira reunião em 11 de setembro de 2024. As organizações de partes interessadas serão igualmente convidadas a participar na primeira reunião para apresentarem a sua avaliação da situação e das perspetivas para o setor vitivinícola da UE. O comissário da Agricultura da UE, Janusz Wojciechowski, anunciou a criação do Grupo de Alto Nível na reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de 27 de maio de 2024, em resposta aos pedidos do setor vitivinícola europeu.

Nas últimas duas décadas, o setor vitivinícola da UE tem sido uma história de sucesso. Enquadrada por um sistema regulamentar abrangente, a UE tem sido líder mundial, com exportações que triplicaram em valor durante esse período. Apesar deste êxito e do seu contributo significativo para o PIB da UE, o setor enfrenta atualmente desafios significativos devido a um declínio a longo prazo do consumo interno, a uma mudança nas preferências dos consumidores e a um contexto internacional instável e menos globalizado que afeta os nossos principais mercados de exportação. Além disso, o setor enfrenta condições de produção e colheitas cada vez mais imprevisíveis devido às alterações climáticas.

O setor vitivinícola da UE deve adaptar-se a estas novas realidades e o quadro político deve ser adequado para acompanhar a transição necessária. O Grupo de Alto Nível sobre a Política Vitivinícola servirá de fórum para enfrentar estes desafios e explorar possíveis soluções. O grupo reunir-se-á pelo menos três vezes e deverá apresentar conclusões e recomendações para futuros desenvolvimentos políticos até ao início de 2025.

### Comissão Europeia atribui 15 milhões de euros em apoio de emergência aos produtores portugueses de vinho

A Comissão Europeia [acaba de anunciar](#) que irá atribuir [77 milhões de euros](#) em apoio de emergência aos agricultores na Áustria (geada), na Chéquia (geada), na Polónia (geada e granizo) e em Portugal (oferta excessiva de vinho e redução da procura conduziram a uma acumulação sem precedentes de existências). Os apoios provirão da reserva agrícola da UE. Destes 77 milhões, 15 milhões serão para Portugal. No caso português, a ajuda será para a **destilação temporária de crise**. Os montantes europeus poderão ser complementados em 200% com fundos estatais. Os pagamentos aos agricultores para o apoio financeiro de emergência à Chéquia, à Áustria e à Polónia devem ser efetuados até 31 de janeiro de 2025, ao passo que o apoio aos beneficiários para a destilação temporária de crises excecionais para Portugal deve ser pago até 30 de abril de 2025.

### Aumento dos preços do cacau abranda

Em maio de 2024, o preço do cacau e do chocolate em pó no consumidor na UE [era](#) 6,3 % mais elevado do que em maio de 2023. O preço do cacau e do chocolate em pó no consumidor, já em alta desde o início de 2022, registou uma aceleração significativa no último trimestre de 2022, com taxas de inflação anuais superiores a 10 %. O aumento atingiu o seu pico em maio de 2023, com uma taxa de inflação de 18,5 % em relação a maio de 2022. Embora os preços tenham vindo a aumentar mais lentamente desde então, a taxa de inflação não desceu abaixo dos 10% até fevereiro de 2024. Em maio de 2024, a maioria dos países da UE comunicou um aumento da taxa de inflação anual do cacau e do chocolate em pó. Os maiores aumentos foram registados na Estónia (+17,4 % em comparação com maio de 2023), seguida da Croácia (+15,5 %) e da Áustria (+12,6 %). Em contrapartida, 2 países registaram uma diminuição da taxa de inflação do cacau e do chocolate em pó: Eslováquia (-6,3%) e Chipre (-0,3%).

### Comissão aprova um regime austríaco de auxílios estatais no valor de 50 milhões de euros para apoiar os produtores agrícolas primários no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia

A Comissão Europeia aprovou um regime austríaco de cerca de 50 milhões de euros destinado a apoiar os produtores agrícolas primários no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro Temporário de Crise](#) ("QCT"), adotado pela Comissão a 9 de março de 2023 e alterado a 20 de novembro de 2023 e a 2 de maio de 2024. Ao abrigo do regime, o auxílio consistirá em montantes limitados de auxílio sob a forma de subvenções diretas. A medida estará aberta aos produtores agrícolas primários que estejam em risco de perder liquidez financeira devido às dificuldades no mercado agrícola provocadas pela guerra da Rússia contra a Ucrânia.

A Comissão considerou que o regime austríaco está em conformidade com as condições estabelecidas no QCT. Em especial, o auxílio (i) não excederá 280 000 euros por beneficiário; e (ii) será concedido até 31 de dezembro de 2024. A Comissão concluiu que o regime é necessário, adequado e proporcionado para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e com as condições estabelecidas no TCTF. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.1141763 no [registo dos auxílios estatais](#) no sítio *Web* da Comissão dedicado à concorrência, logo que tenham sido resolvidas eventuais questões de confidencialidade.



## Cidades sustentáveis: Guimarães e Águeda são finalistas dos prémios Capital Verde da Europa e Folha Verde da Europa

Foram [selecionadas](#) as sete cidades finalistas da mais recente edição dos prémios Capital Verde da Europa e Folha Verde da Europa. A seleção das sete finalistas baseou-se nos seus resultados e ambições na resposta aos desafios ambientais urbanos relacionados com três dimensões da crise planetária: alterações climáticas, poluição e perda da biodiversidade. Estas cidades dão o exemplo, combinando soluções inovadoras com quadros de governação sólidos com o objetivo de criar ambientes saudáveis para os seus cidadãos.

**Guimarães** foi selecionada pelas suas práticas nos domínios da gestão de resíduos e da economia circular, nomeadamente a proibição de materiais de utilização única em eventos realizados na cidade e a promoção de programas de prevenção do desperdício alimentar. Guimarães melhorou igualmente a eficiência hídrica mediante a redução do consumo de água nos edifícios municipais, a deteção e reparação precoces de fugas e a criação de bebedouros públicos.

**Águeda** dispõe de um «Plano Municipal de Ação Climática» com a meta ambiciosa de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 90 % até 2050 relativamente aos níveis de 2005. O projeto «beÁgueda» inclui um sistema de bicicletas elétricas de uso partilhado para melhorar a eficiência dos transportes, reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> e promover estilos de vida saudáveis.

Em outubro, as cidades finalistas apresentarão a um júri as respetivas visão e governação ambientais, bem como a sua estratégia de comunicação caso sejam distinguidas com o prémio. As cidades vencedoras serão anunciadas na cerimónia de entrega dos prémios que decorrerá na atual Capital Verde da Europa, [Valência](#) (Espanha), em 24 de outubro de 2024.



### Coesão e solidariedade interna da EU

#### “Verbas da UE para a coesão: sistema de controlo procura-se”, refere o Tribunal de Contas Europeu

Continuam a existir grandes erros nas despesas da política de coesão, cujo objetivo é reduzir as diferenças sociais e económicas na União Europeia, e esta não está a conseguir corrigi-los. Mantém-se também uma falta de controlos a todos os níveis por parte da Comissão Europeia e dos Estados-Membros, alerta o Tribunal de Contas Europeu (TCE) num [documento de análise](#). Por um lado, as autoridades dos Estados-Membros podem detetar mais erros, e mesmo evitá-los. Por outro, a Comissão avalia por baixo a quantidade de erros nas despesas e não usa devidamente os meios que tem para encorajar os Estados-Membros a melhorarem a sua gestão e os seus sistemas.

A política de coesão é uma das principais áreas de despesas da EU. É também, desde há muito, a que tem mais erros. O TCE calcula um nível de erro, que não mede a fraude, a falta de eficiência ou o desperdício. É antes uma estimativa do dinheiro que não foi usado segundo as regras nacionais e da EU. Olhando para os períodos orçamentais de 2007-2013 e 2014-2020, vemos que na coesão este nível baixou de 6% para 4,8%, mas manteve-se sempre acima dos 2% definidos pelas regras, com um pico de 6,7% em 2022.

Numa pirâmide de controlos, a primeira linha de defesa para garantir que as despesas cumprem as regras é a fiscalização feita pelas autoridades de gestão dos Estados-Membros. Só que esta é deficiente. Podia ter evitado mais de um terço dos erros encontrados pelo TCE entre 2017 e 2022, mas não o fez. A segunda linha são os controlos dos organismos de auditoria dos próprios Estados-Membros. Também aqui, o TCE encontrou falhas de natureza e gravidade diferentes que afetaram o trabalho de 40 dos 43 organismos de auditoria analisados. A Comissão é a terceira linha de defesa e baseia as suas avaliações num pequeno número de verificações de confiança realizadas pelos países. Algumas autoridades nacionais são mais eficazes do que outras a detetar despesas incorretas, mas os instrumentos da Comissão para descobrir, prevenir ou corrigir erros também têm várias falhas. Os controlos documentais que a instituição realiza não foram criados para detetar erros nas despesas, por isso esta deve fazer mais auditorias no terreno para verificar o cumprimento das regras. Para evitar que o orçamento da EU seja prejudicado, também pode aplicar correções financeiras por deficiências graves de controlo. Porém, até à data, os erros não levaram a uma perda direta de fundos para os Estados-Membros abrangidos. Pelo contrário, estes foram autorizados a usar as verbas resultantes das correções para mais projetos. Tal não só reduz o efeito preventivo das correções, como também não encoraja os Estados-Membros a melhorarem os seus sistemas e, assim, evitarem falhas desde o início.

A maior parte dos erros na área da coesão nos últimos anos resulta, em primeiro lugar, de se dar dinheiro para despesas e projetos inelegíveis (ou seja, que não têm direito ao apoio) e, em segundo, de os beneficiários dos subsídios não cumprirem as regras dos auxílios estatais e dos contratos públicos. O TCE aponta três grandes causas das falhas: fraca administração dos Estados-Membros, que inclui más decisões e verificações pouco eficientes das autoridades de gestão; negligência ou possível violação intencional das regras por parte dos beneficiários; e problemas relacionados com a interpretação destas normas. O TCE conclui que a Comissão e os Estados-Membros podem melhorar os seus controlos das despesas da coesão e alerta que o risco de ocorrerem erros continua a ser alto. Saliencia também que a sobreposição entre as verbas dos orçamentos plurianuais, por um lado, e os fundos de recuperação da EU relacionados com a COVID-19, por outro, está a aumentar a pressão sobre alguns Estados-Membros para garantirem que o dinheiro é gasto segundo as regras.

#### Comité Económico e Social Europeu apela ao reforço da política de coesão

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) aprovou uma resolução que rejeita a ideia de transformar a política de coesão num mecanismo semelhante ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência (RRF). Por conseguinte, o CESE considera, tal como o Comité das Regiões Europeu (CR), que a política de coesão não deve tornar-se um instrumento de gestão de crises.

O CESE salienta que o RRF deve ser alinhado com a futura política de coesão, com base numa abordagem ascendente e numa governação regional forte. A política de coesão deve continuar a fazer parte da pasta de um Comissário específico, insiste também o CESE, apelando a um financiamento suficiente no âmbito de um quadro financeiro plurianual ambicioso.

“Queremos ser muito claros e apelar à Comissão e ao Parlamento Europeu para que não cedam a pressões”, insistiu o presidente do CESE, Oliver Röpke, referindo-se às ideias para uma grande reforma da política de coesão.

O CESE pretende que a sociedade civil seja envolvida na discussão para o período após 2027 relativa ao próximo Regulamento Disposições Comuns (RDC), que rege a utilização do Fundo de Coesão e de outros fundos da UE.

Poderá consultar [aqui](#) a versão integral da Resolução aprovada pelo CESE na sua sessão plenária de 11 de julho em que se registaram 159 votos a favor, 2 votos contra e 7 abstenções.



## Cultura e Comunicação

### **Comissão congratula-se com uma prorrogação de doze meses do *roaming* para chamadas a preços acessíveis de e para a Ucrânia**

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com a quinta prorrogação por mais doze meses do acordo voluntário entre 22 operadores de telecomunicações europeus e sete operadores de telecomunicações ucranianos, a fim de garantir que os refugiados da Ucrânia possam permanecer ligados além-fronteiras. A Comissão, juntamente com o CNEC, a autoridade reguladora nacional ucraniana, facilitou o acordo. As chamadas a preços acessíveis permitem que as pessoas que procuram abrigo na Europa cheguem à família e aos amigos na Ucrânia, e vice-versa. Tal foi possível pelos signatários, que se comprometeram a reduzir mutuamente as suas taxas para ligar as chamadas além-fronteiras.

Os [dados mais recentes](#) fornecidos pelo [Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas \(ORECE\)](#) mostram que o acordo tem sido eficaz para permitir que os operadores forneçam chamadas a preços acessíveis. Os operadores signatários da [Declaração Conjunta](#) beneficiam geralmente de taxas mutuamente mais baixas do que as que não assinaram, o que, por sua vez, significa que podem oferecer preços mais baixos aos seus clientes. O ORECE observa igualmente que tanto os operadores do Espaço Económico Europeu (EEE) como a Ucrânia (UA) estão a transferir para os consumidores os benefícios resultantes destas baixas taxas. Os operadores do EEE continuam a oferecer gratuitamente cartões SIM aos refugiados, chamadas internacionais gratuitas para a Ucrânia e pacotes mensais utilizáveis no país de acolhimento.

Para além dos serviços de telecomunicações, os operadores do EEE fornecem telemóveis inteligentes, bancos de eletricidade e computadores portáteis aos refugiados ou apoiam organizações de beneficência. Apesar da diminuição do tráfego de entrada, das dificuldades em manter a base de assinantes, bem como da necessidade de investir no restabelecimento da rede, para além de outras consequências negativas da atual guerra ilegal de agressão da Rússia contra a Ucrânia, os operadores da UA continuam a oferecer serviços de itinerância gratuitos ou muito reduzidos centrados nas necessidades dos clientes. A Comissão incentiva todos os operadores a aderirem ao acordo. A lista atualizada dos signatários pode ser consultada [aqui](#).



## Defesa e Segurança

### **Declaração do alto representante, em nome da UE, sobre a associação de determinados países terceiros a medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia**

A Decisão (PESC) 2024/1744 do Conselho [introduziu](#) novas restrições, nomeadamente dirigidas ao setor russo do gás natural liquefeito (GNL), bem como ao sistema de mensagens financeiras russo, e medidas para combater a evasão através de sucursais de sociedades da UE no estrangeiro. O pacote alargou as restrições à exportação de produtos de dupla utilização, de artigos de tecnologias avançadas e de produtos industriais, introduziu uma proibição de importação de hélio e aperfeiçoou a proibição de importação de diamantes russos.

A União reforçou igualmente as medidas no domínio dos transportes nos setores da aviação, rodoviário e marítimo. A decisão toma medidas para proteger os operadores da UE dos danos causados por empresas russas relacionados com a aplicação de sanções e a expropriação. Além disso, a decisão contém medidas destinadas a proteger os direitos de propriedade intelectual e a combater a interferência russa na UE. A Macedónia do Norte, o Montenegro, a Albânia, a Ucrânia e a Bósnia-Herzegovina – países candidatos –, bem como a Islândia, o Listenstaine e a Noruega – países da EFTA membros do Espaço Económico Europeu – associam-se a essa decisão do Conselho. Estes países assegurarão a conformidade das suas políticas nacionais com a referida decisão do Conselho.



## Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

## Comissão concede 72,5 milhões de euros de apoio financeiro à Moldávia

A Comissão [está](#) a disponibilizar à Moldávia um empréstimo de 50 milhões de euros em condições favoráveis. Seguir-se-á um novo pagamento de 22,5 milhões de euros em subvenções até ao final deste mês. Este apoio financeiro ajudará a Moldávia a cobrir parte das suas necessidades de financiamento para 2024 e a apoiar a estabilidade macroeconómica, permitindo simultaneamente a prossecução das reformas. A sua economia registou um crescimento modesto em 2023, após uma profunda recessão em 2022. No entanto, continua a ser afetada pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e continua a enfrentar graves desafios em matéria de segurança energética.



Economia, Comércio e Concorrência

## Acórdão do Tribunal de Justiça da UE sobre a luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais em Portugal

A Comissão Europeia pedia ao Tribunal de Justiça que declarasse que a República Portuguesa não cumpria com as obrigações previstas no artigo 4.º, n.º 3, e n.º 4, alínea b), da Diretiva 2011/7/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, porquanto não assegurou nem assegura que a administração local, entre 2013 e 2018, as entidades públicas portuguesas prestadoras de cuidados de saúde (subsetor da saúde), entre 2013 e 2022, a Região Autónoma da Madeira (Portugal), entre 2013 e 2022, e a Região Autónoma dos Açores (Portugal), em 2013 e entre 2015 e 2022, não pagaram as suas dívidas comerciais nos prazos previstos nestas disposições.

Nas transações comerciais entre operadores económicos ou entre operadores económicos e entidades públicas, acontece com frequência que os pagamentos são feitos mais tarde do que o que foi acordado no contrato ou do que consta das condições comerciais gerais. Ainda que os bens sejam entregues ou os serviços prestados, as correspondentes faturas são pagas muito depois do termo do prazo. Atrasos de pagamento desta natureza afetam a liquidez e complicam a gestão financeira das empresas. Também põem em causa a competitividade e a viabilidade das empresas, quando o credor é forçado a recorrer a financiamento externo devido a atrasos de pagamento.

Pelos fundamentos expostos, o Tribunal de Justiça (Oitava Secção) [decidiu](#) que **ao não ter assegurado que as suas entidades públicas cumprem de forma efetiva os prazos de pagamento previstos no artigo 4.º, n.º 3, e n.º 4, alínea b), da Diretiva 2011/7/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, a República Portuguesa não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força destas disposições.**

## Comissão propõe decisões que estabelecem a existência de um défice excessivo em sete Estados-Membros

No âmbito do pacote da primavera do Semestre Europeu de junho de 2024, a Comissão apresentou um relatório nos termos do artigo 126.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE). O relatório concluiu que se justificava a abertura de um procedimento por défice excessivo baseado no défice para sete Estados-Membros selecionados. O Comité Económico e Financeiro emitiu o seu parecer nas duas semanas seguintes.

Por conseguinte, a Comissão Europeia propôs ao Conselho decisões que estabelecem a existência de défices excessivos para a Bélgica, França, Itália, Hungria, Malta, Polónia e Eslováquia. O próximo passo é o Conselho decidir sobre a existência de um défice excessivo nestes Estados-Membros e, na sequência de uma proposta da Comissão no âmbito do pacote de outono do Semestre Europeu, adotar a sua recomendação sobre a trajetória de ajustamento e o prazo para pôr termo à situação de défice excessivo. Os documentos relevantes estão disponíveis [aqui](#).

## Comissão dá início a uma investigação aprofundada sobre os auxílios estatais no valor de 6 mil milhões de euros concedidos pela Alemanha para recapitalizar a Lufthansa no contexto da pandemia de coronavírus

A Comissão Europeia [deu](#) início a uma investigação aprofundada para avaliar se uma medida de recapitalização alemã de 6 mil milhões de euros a favor da *Deutsche Lufthansa AG* (“Lufthansa”) está em conformidade com as regras da UE em matéria de auxílios estatais. A medida foi inicialmente aprovada a 25 de junho de 2020 pela Comissão ao abrigo do Quadro Temporário relativo aos auxílios estatais à COVID-19, mas foi posteriormente anulada pelo Tribunal Geral a 10 de maio de 2023. Está ainda pendente um recurso apresentado pela Lufthansa. O auxílio tinha como objetivo restabelecer a posição do balanço e a liquidez da Lufthansa na situação excecional causada pelo coronavírus.



Educação

## Governo dos Açores atribui Bolsa de Estudo Medeiros Ferreira a Gonçalo Oliveira

A Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores [atribuiu](#) a Bolsa José Medeiros Ferreira a Gonçalo Oliveira, para a frequência de um curso de pós-graduação em Estudos Europeus Interdisciplinares, no ano académico 2024/2025, no Colégio da Europa. Gonçalo Manuel Soares Oliveira, natural da Ilha de São Miguel, é licenciado em Estudos Euro-Atlânticos e Mestre em Relações Internacionais: O Espaço Euro-Atlântico, pela Universidade dos Açores, rumando agora ao Campus de Natolin, em Varsóvia, na Polónia.

Na passada segunda-feira, em Ponta Delgada, o vice-presidente do Governo, Artur Lima, teve a oportunidade de se reunir com o jovem estudante e de assinar o contrato da bolsa, tendo destacado a importância de o Governo Regional apoiar os jovens açorianos na sua formação académica. “É de extrema importância apoiar os jovens açorianos no seu processo de formação académica e zelar para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade”, referiu. E destacou: “o Gonçalo Oliveira é um exemplo de talento, determinação e empenho e esperamos que obtenha sucesso e possa contribuir, com esta bolsa de estudo, para o desenvolvimento da nossa Região”.

A Bolsa de Estudo Medeiros Ferreira, que é atribuída anualmente pelo Governo dos Açores, destina-se à comparticipação nos encargos para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, nomeadamente com as propinas do curso, alojamento e alimentação, além de uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso. A atribuição desta bolsa é decidida após a admissão dos candidatos dos Açores ao Colégio da Europa, pelo que os interessados deverão sempre efetuar primeiro a sua candidatura ao Colégio da Europa, que abrem no último trimestre de cada ano, para depois se poderem candidatar à Bolsa do Governo dos Açores.

O Colégio da Europa - um instituto de ensino universitário independente, fundado em 1949, com reconhecido prestígio internacional e com grandes tradições no estudo, análise e discussão de assuntos europeus - acolhe anualmente mais de quatro centenas de alunos em programas de pós-graduação nas áreas de Direito, Economia, Política e Administração, Relações Internacionais e Diplomáticas, Estudos Europeus Interdisciplinares ou Transformação e Integração Europeia nos seus campus de Bruges (Bélgica), Natolin (Polónia) e Tirana (Albânia). Os candidatos à frequência do Colégio devem possuir uma licenciatura e ter domínio escrito e verbal, das línguas francesa e inglesa.



## Emprego e Demografia

### Comissão reforça a cooperação com o Bangladesh no âmbito da Parceria para o Talento

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo programa intitulado “Apoiar uma Parceria para o Talento com o Bangladesh”, com o objetivo de impulsionar a mobilidade laboral e intensificar a cooperação em matéria de migração. No âmbito de uma abordagem “Equipa Europa”, a Parceria para o Talento reúne o Bangladesh, os Estados-Membros interessados e a Comissão para identificar necessidades comuns e ações conjuntas e para transformar o risco de fuga de cérebros num ganho de cérebros para todos os parceiros. A Parceria para o Desenvolvimento de Talentos proporciona um quadro de cooperação estratégica e sustentável, permitindo à EU, aos seus Estados-Membros e ao Bangladesh desenvolver um conjunto coerente de ações em matéria de mobilidade laboral e desenvolvimento de competências.

O programa apoiará o desenvolvimento de competências e as necessidades de formação entre o Bangladesh e a EU, facilitando a mobilidade para a EU numa série de setores de interesse comum, incluindo a construção, a agricultura, as tecnologias da informação e da comunicação e a hotelaria. Com um orçamento de 3 milhões de euros, o programa será executado durante três anos, até junho de 2027, pela Organização Internacional do Trabalho, com base na sua experiência em matéria de evolução do mercado de trabalho, desenvolvimento de competências e diálogo social. Todos os Estados-Membros interessados podem participar no programa durante a sua execução.

### População da UE volta a aumentar em 2024

Após um declínio em 2020 e 2021 devido ao impacto da pandemia de COVID-19, a população da UE [aumentou](#) pelo segundo ano consecutivo, passando de 447,6 milhões em 1 de janeiro de 2023 para 449,2 milhões de pessoas em 1 de janeiro de 2024. A variação natural negativa (mais mortes do que nascimentos) foi superada pela migração líquida positiva. O crescimento populacional observado pode ser amplamente atribuído ao aumento dos movimentos migratórios pós-COVID-19 e ao afluxo de pessoas deslocadas da Ucrânia que receberam o estatuto de proteção temporária nos países da UE, em consequência da guerra de agressão russa em fevereiro de 2022.

Se considerarmos um período de tempo mais longo, a população da UE cresceu de 354,5 milhões em 1960 para 449,2 milhões em 1 de janeiro de 2024, um aumento de 94,7 milhões de pessoas. A taxa de crescimento da população abrandou gradualmente nas últimas décadas: a população da UE aumentou, em média, cerca de 0,6 milhões de pessoas por ano durante o período 2015-2024, enquanto o aumento médio na década de 1960 foi de 2,9 milhões de pessoas por ano. Embora a população da UE tenha diminuído brevemente em 2020 em cerca de meio milhão de pessoas e em 2021 em quase 0,3 milhões de pessoas devido à pandemia de COVID-19, começou a recuperar o seu crescimento, como mostram os novos números.

A população de cada país da UE em 1 de janeiro de 2024 variava entre 0,6 milhões em Malta e 83,4 milhões na Alemanha. A Alemanha, a França e a Itália representavam, em conjunto, quase metade (47%) da população total da UE em 1 de janeiro de 2024. Embora a população total da UE tenha aumentado em 2024, nem todos os países da UE registaram aumentos de população. No total, 7 países registaram uma diminuição da população entre 1 de janeiro de 2023 e 1 de janeiro de 2024, tendo as maiores diminuições sido registadas na Polónia (-132 800 pessoas), na Grécia (-16 800) e na Hungria (-15 100). Foram observados aumentos nos outros 20 países, com os maiores em Espanha (+525 100), Alemanha (+330 000) e França (+229 000).



## Energia

## Hidrogénio na União Europeia: que futuro?

A União Europeia pretende alcançar a neutralidade climática (ou seja, deixar de ter emissões líquidas de gases com efeito de estufa) até 2050. Para isso, todos os setores que emitem estes gases têm de "descarbonizar" ou, por outras palavras, deixar gradualmente de estar dependentes dos combustíveis fósseis à base de carbono. A utilização de hidrogénio renovável é uma forma de o fazer, sobretudo em setores difíceis de eletrificar, como a produção de aço, a indústria petroquímica, o cimento e os fertilizantes. Este gás tornou-se ainda mais importante na sequência da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, pois pode contribuir para reduzir a importação de combustíveis fósseis da Rússia e melhorar assim a independência estratégica da UE. O Tribunal de Contas Europeu (TCE) [examinou](#) a eficácia da Comissão Europeia na criação das condições adequadas para os mercados emergentes do hidrogénio renovável e hipocarbónico, tendo em conta as consequências importantes para o futuro das principais indústrias da UE.

O hidrogénio é um elemento químico que, em condições normais, tem a forma de um gás. Pode ser produzido de vários modos, por exemplo, a partir da água (por eletrólise) ou do gás natural. O hidrogénio renovável produzido a partir de eletricidade renovável ("verde") ou de biomassa é um dos instrumentos de descarbonização. O processo de produção provoca um nível mínimo de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e o hidrogénio renovável permite armazenar a energia gerada por grandes quantidades de eletricidade verde. A utilização deste hidrogénio também não tem emissões de CO<sub>2</sub>. O hidrogénio hipocarbónico (produzido a partir de fontes não renováveis) é outro meio de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, em especial na transição para a neutralidade climática.

A utilização de hidrogénio renovável acarreta o seu próprio conjunto de problemas, como as questões de eficiência da eletrólise, os custos de produção e a necessidade de eletricidade renovável e de água. As indústrias da UE já enfrentam muitos outros desafios, como a instabilidade dos preços da energia (especialmente desde o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que expôs a sujeição do bloco às importações de energia), a dependência das cadeias de abastecimento para obtenção de certas matérias-primas e as perturbações que as afetam. Portanto, os decisores políticos da UE têm de criar as condições adequadas para a descarbonização, assegurando ao mesmo tempo que as indústrias do bloco continuam onde estão e são competitivas.

### Comissão Europeia quer impulsionar investimento para ter 50 "vales de hidrogénio" até 2030 na Europa

Num [documento de trabalho](#) da Comissão Europeia, esta analisa os desafios e as oportunidades para acelerar a implantação de "Vales do Hidrogénio" em toda a Europa, com 50 "em construção ou operacionais" até 2030. Estes "vales" são áreas geográficas, tais como cidades, regiões ou aglomerados industriais, onde várias aplicações de hidrogénio são combinadas num ecossistema integrado de hidrogénio, abrangendo a produção, armazenamento, distribuição e múltiplas utilizações finais. Em maio de 2022, encontravam-se estabelecidos 23 "vales" na UE, distribuídos por 11 Estados-Membros.

Para acelerar o seu desenvolvimento, são necessários investimentos substanciais em investigação e inovação. O programa de financiamento Horizonte Europa apoia a "Iniciativa Comum Hidrogénio Limpo" com mil milhões de euros. Além disso, no âmbito da estratégia REPowerEU, a Comissão atribuiu 200 milhões de euros adicionais para multiplicar os «vales do hidrogénio» na UE.

A Comissão Europeia pretende agora aumentar a oferta e estimular a procura, nomeadamente através do Banco Europeu de Hidrogénio, cujo primeiro leilão afetará 720 milhões de euros a 7 projetos sob a forma de um prémio fixo por cada quilograma de hidrogénio renovável produzido durante um período de 10 anos. Centra-se depois no reforço da cooperação e das sinergias a nível europeu e mundial e na criação de uma comunidade de conhecimentos e competências em hidrogénio, que se materializa, em particular, com o lançamento da Academia Europeia do Hidrogénio, em janeiro de 2024.



Espaço

### Governo dos Açores valoriza papel do teleporto de Santa Maria no regresso da Europa ao espaço

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Paulo Estêvão, valorizou o sucesso do lançamento do foguetão europeu Ariane 6, que enviou dados de telemetria para o teleporto de Santa Maria, um "momento de distinção" para a Região e a sua estratégia espacial. O teleporto de Santa Maria é a primeira estação a receber dados do lançador, cujo voo inaugural marca o regresso da capacidade operacional europeia de acesso ao espaço. "Os Açores têm um papel relevante neste lançamento, e o Governo Regional continua a olhar com entusiasmo e dedicação para todo o ecossistema espacial de Santa Maria", realça Paulo Estêvão, governante com a tutela da área espacial. O Ariane 6 é um projeto da Agência Espacial Europeia (ESA), cuja construção foi adjudicada ao ArianeGroup, e a exploração atribuída à Arianespace a partir do Centro Espacial da Guiana, em Kourou, na Guiana Francesa. A bordo do Ariane 6 segue, entre outros, um nanossatélite português, construído por estudantes e professores do Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa. O Ariane 6 descolou na passada terça-feira, com êxito, às 19h00 dos Açores.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

### Declaração conjunta do alto representante/vice-presidente Borrell e do comissário Várhelyi no 29.º aniversário do genocídio de Srebrenica

Eis a [declaração](#): «O genocídio de Srebrenica, perpetrado há 29 anos, é uma das páginas mais negras da história europeia moderna. É nosso dever honrar a memória dos mais de 8.300 rapazes e homens sistematicamente assassinados nas colinas que rodeiam Srebrenica. Apelamos aos líderes políticos para que rejeitem a retórica divisionista e atuem com base na verdade, na justiça, na confiança e no diálogo.

A fim de sarar as feridas do passado, é importante reconhecer e ensinar os factos históricos, honrar a memória das vítimas, identificar aqueles cujos restos mortais ainda não foram encontrados e levar os perpetradores à justiça. Tudo isto é essencial se quisermos atacar as raízes do ódio que conduziu ao genocídio. Juntos, temos de construir pontes para a reconciliação. Aqueles que negam o genocídio, tentam reescrever a história e glorificam os criminosos de guerra não têm lugar entre nós.

Em março de 2024, o Conselho Europeu decidiu abrir negociações de adesão à UE com a Bósnia-Herzegovina. Esta é uma oportunidade única para a Bósnia-Herzegovina fazer progressos em matéria de reformas, reforçar a democracia, a prosperidade e a segurança dos seus cidadãos e aproximar-se da adesão à UE. Reafirmamos o nosso empenhamento inequívoco no futuro da Bósnia-Herzegovina no seio da UE, como um país único, unido e soberano».

### **Entram em vigor regras europeias mais rigorosas para combater o tráfico de seres humanos**

No dia 14 de julho, entrará em vigor a [diretiva europeia revista relativa à luta contra o tráfico de seres humanos](#), com regras mais rigorosas para o combate ao tráfico de seres humanos. Os Estados-Membros têm até 15 de julho de 2026 para transpor estas novas regras para o direito nacional. A anterior diretiva da UE relativa à luta contra o tráfico de seres humanos estava em vigor desde 2011. Na sequência do [acordo político](#) alcançado pelos legisladores em janeiro deste ano, foi dado um novo passo na luta contra este crime hediondo. As formas de exploração evoluíram nos últimos anos, com o crime a assumir cada vez mais uma dimensão em linha e a diversificar os seus meios e lucros ilícitos. Os prejuízos económicos causados pelo tráfico de seres humanos na UE estão estimados em 2,7 mil milhões de euros por ano.



## Habitação

### **Vendas de casas caem em 2023**

Em 2023, o número de transações de habitações [diminuiu](#) em 13 dos 16 países da UE para os quais existem dados disponíveis, em comparação com 2022. Este é o segundo ano consecutivo em que a maioria dos países declarantes registou quedas nas vendas. As maiores reduções no número de transações em 2023 foram registadas no Luxemburgo (-43,3%), na Áustria (-26,4%), na Hungria e na Finlândia (cada uma -24,5%). Em contrapartida, foram registados aumentos em Chipre (+31,0%), na Polónia (+3,9%) e na Irlanda (+0,6%).

No ano anterior, em 2022, 10 dos 16 países declarantes registaram descidas no número de vendas. A maior diminuição foi registada na Dinamarca (-24,8%), enquanto o número de vendas aumentou mais em Chipre (+27,4%). Em 2020, o mercado imobiliário foi influenciado pelo surto da pandemia de COVID-19. Houve uma queda generalizada nas transações de habitação devido às medidas de confinamento, com apenas 4 dos 16 países da UE para os quais existem dados disponíveis a registarem aumentos nas vendas. Em 2021, por sua vez, as vendas de casas aumentaram em 14 países da UE.



## Indústria

### **Comissão aprova um regime italiano de auxílios estatais no valor de 400 milhões de euros para apoiar a descarbonização dos processos industriais, a fim de promover a transição para uma economia de emissões líquidas nulas**

A Comissão Europeia aprovou um regime italiano de 400 milhões de euros para apoiar os investimentos na descarbonização dos processos de produção industrial, a fim de promover a transição para uma economia de zero emissões líquidas, em conformidade com o Plano Industrial do Pacto Ecológico. O regime foi aprovado ao abrigo do Quadro Temporário para a Crise.

O objetivo do regime é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos processos de produção em, pelo menos, 40% e/ou reduzir o consumo de energia em, pelo menos, 20%, em comparação com a situação atual. No âmbito do regime, os auxílios assumirão a forma de subvenções diretas e empréstimos bonificados. A medida estará aberta a (i) investimentos que permitam a substituição de combustíveis fósseis pela utilização de hidrogénio renovável ou de combustíveis derivados do hidrogénio renovável ou através da eletrificação de processos industriais; e (ii) investimentos que conduzam a melhorias significativas da eficiência energética.

A Comissão considerou que o regime italiano está em conformidade com as condições estabelecidas no Quadro Temporário. Em especial, o auxílio não excederá 200 milhões de euros por beneficiário e será concedido o mais tardar até 31 de dezembro de 2025. Além disso, o auxílio estará sujeito a condições destinadas a limitar as distorções indevidas da concorrência. Por exemplo, o regime inclui um mecanismo de recuperação para fazer face aos lucros excepcionais e os beneficiários não poderão aumentar a sua capacidade de produção para além de 2%. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número SA.109439 no [registo dos auxílios estatais](#) no sítio Web da Comissão dedicado à concorrência, logo que tenham sido resolvidas eventuais questões de confidencialidade.



### 4,3 milhões de pessoas sob proteção temporária

A 31 de maio de 2024, cerca de 4,3 milhões de cidadãos de países terceiros, que fugiram da Ucrânia em consequência da guerra de agressão russa contra a Ucrânia, [tinham](#) o estatuto de proteção temporária na UE. No final de maio de 2024, os países da UE que acolheram o maior número de beneficiários de proteção temporária da Ucrânia foram a Alemanha (1 332 515 pessoas; 31,3 % do total da UE), a Polónia (953 255; 22,4 %) e a Chéquia (356 405; 8,4 %).

Em comparação com o final de abril de 2024, os maiores aumentos absolutos do número de beneficiários foram observados na Alemanha (+14 250; +1,1%), na Chéquia (+11 000; +3,2%) e na Roménia (+3 715; +2,4%). O número de beneficiários diminuiu apenas em três países da UE: França (-1 005; -1,6%), Polónia (-675; -0,1%) e Letónia (-15; -0,03%). Em comparação com a população de cada país da UE, os números mais elevados de beneficiários de proteção temporária por mil pessoas no final de maio de 2024 foram observados na Chéquia (32,9), na Lituânia (27,2) e na Polónia (25,9), enquanto o valor correspondente a nível da UE foi de 9,5 por mil pessoas.

A 31 de maio de 2024, os cidadãos ucranianos representavam mais de 98% dos beneficiários de proteção temporária. As mulheres adultas constituíam quase metade (45,6%) dos beneficiários de proteção temporária na UE. As crianças representavam quase um terço (32,5%), enquanto os homens adultos constituíam pouco mais de um quinto (21,9%) do total. Os dados apresentados neste artigo referem-se à atribuição do estatuto de proteção temporária com base na Decisão de Execução 2022/382 do Conselho, de 4 de março de 2022, que estabelece a existência de um afluxo maciço de pessoas deslocadas da Ucrânia devido à guerra de agressão russa contra a Ucrânia e que tem por efeito a introdução da proteção temporária. A 25 de junho de 2024, o Conselho Europeu acordou em prorrogar a proteção temporária para estas pessoas de 4 de março de 2025 a 4 de março de 2026.

### Quase 1 em cada 10 pessoas na UE não tem dinheiro para uma refeição adequada

Em 2023, 9,5% da população da UE [não tinha](#) meios para pagar uma refeição que contivesse carne, peixe ou um equivalente vegetariano de dois em dois dias, 1,2 pontos percentuais (pp) mais elevada em comparação com 2022 (8,3%). Além disso, centrando-se nas pessoas em risco de pobreza, em 2023 a percentagem a nível da UE era de 22,3%, indicando um aumento de 2,6 pontos percentuais em comparação com 2022 (19,7%). A nível nacional, a percentagem mais elevada de pessoas em risco de pobreza incapazes de pagar uma refeição adequada foi registada na Eslováquia (45,7%), seguida da Hungria (44,9%) e da Bulgária (40,2%). Por outro lado, a percentagem mais baixa foi registada na Irlanda (4,2%), seguida de Chipre (5,0%) e Portugal (5,9%).

Na UE, a diferença entre a população total e a população em risco de pobreza em termos de acesso a uma refeição adequada foi de 12,8 pontos percentuais. A nível nacional, a Hungria registou a maior diferença, com 30,2 pontos percentuais, seguida da Eslováquia (27,9 pontos percentuais) e da Grécia (27,3 pontos percentuais). Em contrapartida, a Suécia, Chipre, Luxemburgo, Portugal e Irlanda registaram as diferenças mais pequenas, todas inferiores a 4,0 pontos percentuais.

A capacidade de pagar uma refeição com carne, peixe ou equivalente vegetariano de dois em dois dias é um dos itens observados a nível do agregado familiar para calcular a [taxa de privação material e social grave](#). Este é um dos principais indicadores [do Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) - [Painel de Indicadores Sociais](#).



### Desempenho da Europa em matéria de inovação está a melhorar de forma constante, mas a ritmos diferentes entre os Estados-Membros

O desempenho da União Europeia em matéria de inovação [continua](#) a melhorar a um ritmo constante, atingindo um **aumento de 10 % desde 2017** e um **crescimento de 0,5 % entre 2023 e 2024**. De acordo com a edição de 2024 do **Painel Europeu da Inovação (PEI)**, a **maioria dos Estados-Membros da EU impulsionou o seu desempenho em matéria de inovação**, mas o aumento varia fortemente de um para outro. No contexto mundial, a EU mantém uma posição sólida, demonstrando um forte desempenho na maioria dos indicadores, incluindo nas PME que introduzem inovações de produtos e processos e tecnologias relacionadas com o ambiente. A EU continua a enfrentar desafios em comparação com os seus principais concorrentes mundiais em domínios como os ativos intelectuais, a colaboração entre PME inovadoras e as despesas de I&D no setor empresarial.

O Painel Europeu da Inovação é uma publicação anual da Comissão Europeia que fornece uma avaliação comparativa do desempenho em matéria de inovação dos Estados-Membros da EU, dos países europeus vizinhos e de determinados concorrentes mundiais. O PEI baseia-se em 32 indicadores que abrangem a economia, as empresas e o empreendedorismo, os perfis de inovação, a governação e o quadro político, as alterações climáticas e a demografia. O PEI 2024 abrange pela primeira vez todos os Estados-Membros da EU, 12 países europeus vizinhos, incluindo a Moldávia, e, com um conjunto mais reduzido de indicadores, 11 concorrentes mundiais. O PEI 2024 é acompanhado de uma [ferramenta interativa](#) atualizada e renovada que oferece comparações personalizadas que visualizam

perfis de país e mostram os pontos fortes, os pontos fracos e as tendências relativos, bem como a exploração de correlações entre indicadores.

### Programa de trabalho do ERC para 2025 adotado

O programa de trabalho para 2025 do Conselho Europeu de Investigação (ECR) [foi](#) adotado. O programa define as oportunidades de financiamento, os orçamentos dos convites à apresentação de propostas, o calendário do concurso de subvenções e as condições para o financiamento do ERC. O documento tinha sido elaborado e aprovado pelo Conselho Científico do ERC e foi agora adotado pela Comissão Europeia.

Mais de 2,7 mil milhões de euros estarão disponíveis para bolsas de investigação no próximo ano. Isto inclui contribuições dos países associados ao Horizonte Europa. Além disso, os países da UE podem atribuir recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para ajudar as propostas de fundos do ERC classificadas como excelentes, mas que não podem ser financiadas devido a restrições orçamentais. Estas subvenções devem, no entanto, permanecer "alojadas" numa instituição do país que contribua com os seus fundos do FEDER.

O programa de trabalho introduz igualmente novos fundamentos para a prorrogação dos períodos de elegibilidade para as subvenções de arranque e as subvenções de consolidação. As prorrogações serão concedidas em casos devidamente documentados, quando o requerente tiver sido impedido de trabalhar ou o seu horário de trabalho tiver sido reduzido devido a uma incapacidade ou a uma catástrofe natural ou de origem humana grave. Outras ações previstas para 2025 incluem o apoio aos pontos de contacto nacionais (PCN) na partilha das melhores práticas, a continuação da avaliação e monitorização do impacto do financiamento do ERC, bem como a comunicação das atividades do ERC a um público mais vasto e a promoção da ciência aberta. Poderá consultar [aqui](#) a versão integral do Programa de Trabalho do ERC para 2025.



## Instituições & União Europeia

### Comissão prestou apoio técnico a mais de 1 800 reformas em todos os Estados-Membros.

A Comissão publicou um [documento](#) que demonstra a forma como o [Instrumento de Assistência Técnica](#) (IAT) ajudou os Estados-Membros a realizar as suas reformas e a pôr em prática no terreno as prioridades comuns da EU. A publicação destaca a natureza do instrumento, orientada para a procura, e a sua dimensão plurinacional, bem como a sua flexibilidade e reduzida carga administrativa, como fatores-chave para o seu êxito e aceitação pelos Estados-Membros.

Criado no início do atual mandato da Comissão, com base no Programa de Apoio às Reformas Estruturais, o IAT, gerido pela DG Reforma, tem ajudado os Estados-Membros a implementar as suas próprias reformas, a reforçar a capacidade administrativa e a trocar boas práticas. Nos últimos cinco anos, o IAT e o seu antecessor apoiaram mais de 1800 reformas de ponta nos 27 Estados-Membros da EU relacionadas com as principais políticas da EU. Os projetos TSI plurinacionais fomentaram a cooperação entre os Estados-Membros, ajudaram-nos a encontrar soluções comuns para desafios comuns e, conseqüentemente, facilitaram a convergência e o valor acrescentado para a EU.

As administrações públicas a nível central, regional e local, bem como os funcionários públicos, também beneficiaram do Intercâmbio de Cooperação na Administração Pública (PACE). O PACE permite a mobilidade dos funcionários públicos europeus em toda a EU para partilhar conhecimentos e boas práticas. 23 Estados-Membros participaram em mais de 70 oportunidades de intercâmbio, envolvendo cerca de 300 funcionários públicos.



## Mar e Pescas

### Relatório da UNESCO sobre o estado dos oceanos 2024

O [Relatório da UNESCO sobre o estado dos oceanos 2024](#) tem a ambição de informar os decisores políticos e estimular a investigação e as ações políticas para "os oceanos de que precisamos para o futuro que queremos", contribuindo para a Agenda 2030 e, em particular, para o ODS 14, bem como para outros processos globais como a CQNUAC, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes.

Estruturado em torno dos sete resultados da Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável, o relatório fornece informações importantes sobre a realização dos objetivos da Década dos Oceanos das Nações Unidas e, a longo prazo, sobre o bem-estar dos oceanos. Mais de 100 autores de 28 países contribuíram para o relatório. As diferentes secções fornecem informações sobre as atividades científicas relacionadas com os oceanos e análises que descrevem o estado atual e futuro dos oceanos, abordando aspetos físicos, químicos, ecológicos, socioeconómicos e de governação.

Segundo Vidar Helgesen, secretário executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO, «tudo indica que a crise dos oceanos está a evoluir mais rapidamente do que o nosso conhecimento sobre a mesma. Precisamos, portanto, de acelerar a mobilização que está em curso na Década das Nações Unidas para a Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030. Precisamos de transformar a ciência dos oceanos e a nossa relação com ela. Precisamos de melhores conhecimentos como base

para o planeamento e a gestão sustentáveis dos oceanos, dentro e fora das áreas de jurisdição nacional. E precisamos de uma interação muito mais forte, muito mais rápida e mais dinâmica entre o conhecimento dos oceanos, a política e a ação».

### **Comissão investe 126,9 milhões de euros em 26 novos projetos para proteger e restaurar a saúde dos nossos oceanos e águas até 2030**

A Comissão Europeia anuncia um investimento de 126,9 milhões de euros em 26 novos projetos que contribuem para [a missão da UE "Recuperar os nossos oceanos e águas"](#). Os projetos reúnem 346 beneficiários de 35 países (26 Estados-Membros e 9 países associados), incluindo pequenas e médias empresas, instituições de investigação, autoridades locais e estabelecimentos de ensino superior ou secundário. As ações decorrerão desde o Báltico e o Mar do Norte, passando pelo rio Danúbio e o Mar Negro, o Mar Mediterrâneo e o Atlântico.

Através dos convites à apresentação de propostas do programa Horizonte Europa, este investimento está a apoiar as comunidades europeias dependentes dos oceanos e águas saudáveis, ajudando-as a tornarem-se resilientes, neutras em termos de clima e preparadas para o futuro. Os projetos proporcionarão uma grande variedade de benefícios às comunidades locais: por exemplo, uma melhor gestão dos sedimentos no Danúbio, a proteção e recuperação dos ecossistemas naturais dos lagos, bem como da biodiversidade nas bacias marítimas do Atlântico e do Ártico, ou a melhoria da eficiência energética das frotas de pesca artesanal.

Os projetos foram selecionados na sequência de convites à apresentação de propostas lançados em 2023, incluindo uma avaliação interpares por peritos independentes. Os projetos serão geridos pela Agência de Execução relativa ao Clima, às Infraestruturas e ao Ambiente (CINEA) e pela Agência de Execução para a Investigação (REA). Mais informações [em linha](#) e na [panorâmica dos projetos](#).

### **Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a subdivisão dos Açores entregue pessoalmente ao Governo da República**

O Secretário Regional do Mar e Pescas, Mário Rui Pinho, [adiantou](#) que o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a subdivisão dos Açores (PSOEM-Açores) foi “entregue pessoalmente” ao Governo da República. O documento, realçou Mário Rui Pinho em debate na Assembleia Legislativa Regional, foi entregue à Secretária de Estado do Mar, Lídia Bulcão.

No Parlamento, o governante reiterou a urgência na “definição das áreas marinhas protegidas”, lembrando o papel de liderança da Região Autónoma dos Açores neste processo. Recorde-se que foi já aprovada, e publicada em Jornal Oficial, a versão final do PSOEM-Açores. Este instrumento integra os resultados de vários momentos de consulta às partes interessadas, que se refletem nos objetivos, metodologias e elementos-chave do Plano, tendo sido também colocado à consideração de grupos de trabalhos temáticos, recebido parecer favorável da comissão consultiva que acompanhou o seu desenvolvimento, e subseqüentemente submetido a discussão pública.

O Governo Regional dos Açores tem vindo a procurar, com firme determinação, junto do novo Governo da República, em particular, do Ministério da Economia e da Secretaria de Estado do Mar, inaugurar um novo modelo de autonomia para o século XXI: uma autonomia de cooperação, em que todos os entes se entreejam no exercício dos objetivos comuns, onde a verdadeira gestão partilhada entre a República e as regiões autónomas consubstancie-se na união das vontades de ambos os níveis de poder público para se alcançar uma solução final justa. Tal corresponderá, ainda que com diferentes figurinos de intervenção, a uma codecisão de intervenção no ordenamento e gestão dos espaços marítimos regionais açoriano e madeirense.



## Proteção Civil

### **UE assina acordo atualizado para a participação da Turquia no Mecanismo de Proteção Civil da UE**

A União Europeia e a Turquia [assinaram](#) um acordo atualizado sobre a participação da Turquia no Mecanismo de Proteção Civil da UE. A Turquia é um participante ativo no Mecanismo de Proteção Civil da UE e é membro desde 2016. O acordo atualizado reforça ainda mais o papel da Turquia no mecanismo. A Turquia está fortemente envolvida no desenvolvimento das capacidades do *rescEU* e acolheu o maior exercício de proteção civil MODEX da UE até à data. A Turquia também beneficiou significativamente do apoio do Mecanismo, em especial na sequência dos sismos de 2023.

### **UE envia aviões para ajudar a combater os incêndios na Albânia**

Na sequência de um pedido de assistência da Albânia através do Mecanismo de Proteção Civil da UE, a Grécia [enviou](#) 4 aviões para ajudar a combater os incêndios florestais no município de Dropull. A situação no terreno deu sinais de melhoria, mas o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da UE continua a acompanhar de perto a situação, caso seja necessário mais apoio. A Comissão reuniu uma frota de aviões e pré-posicionou bombeiros este verão em toda a Europa. Este verão, 556 bombeiros de 12 países estão estrategicamente preposicionados em locais-chave da Europa, como França, Grécia, Portugal e Espanha, prontos a ajudar as corporações de bombeiros locais. A UE reuniu uma frota *rescEU* de aviões de combate a incêndios para este verão, composta por 28 aviões e 4 helicópteros estacionados em 10 Estados-Membros.



## Saúde

## Avaliação da Comissão mostra a necessidade de reforçar a resiliência das cadeias de abastecimento de medicamentos críticos

A Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA) da Comissão apresentou à Aliança para os Medicamentos [Críticos](#) (CMA) as principais conclusões de um relatório técnico que avalia as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento de medicamentos críticos. Este relatório servirá de base para novas medidas destinadas a reforçar a segurança do abastecimento de uma primeira parcela de 11 medicamentos críticos da lista de [medicamentos críticos da União](#). Ajudará a Aliança a recomendar possíveis ações para antecipar, prevenir e fazer face à escassez de medicamentos críticos, em conformidade com o seu mandato fundamental.

O relatório conclui que é necessário aumentar a resiliência através da diversificação das fontes de abastecimento, do reforço da capacidade de produção e do desenvolvimento de quadros sólidos de gestão dos riscos para lidar eficazmente com a variabilidade económica e do mercado. Oferece um contributo inestimável para ajudar a CMA, a EMA, a Comissão Europeia e os Estados-Membros a responderem melhor à potencial escassez dos medicamentos em causa.

Este relatório faz parte dos trabalhos em curso da Comissão para fazer face à escassez de medicamentos. A fim de assegurar a disponibilidade contínua de medicamentos e reforçar a segurança do aprovisionamento, a Comissão adotou uma [comunicação](#) em outubro de 2023 e apresentou um vasto conjunto de ações a curto e a longo prazo, centradas nos medicamentos mais críticos. Foi publicada a lista de [medicamentos críticos da União](#), que inclui mais de 200 substâncias ativas consideradas críticas com base nas indicações terapêuticas e na disponibilidade de alternativas adequadas. O relatório agora divulgado centra-se em 11 deles. Estão disponíveis mais informações sobre o relatório técnico [aqui](#).

## Moldávia assina o acordo de contratação pública conjunta da EU para aprofundar a cooperação no domínio da saúde com a UE

A Moldávia [tornou-se](#) o 38.º país a assinar o acordo de contratação pública conjunta no domínio da saúde, durante uma visita oficial a Chisinau pela comissária responsável pela Saúde e Segurança Alimentar, Stella Kyriakides. A Moldávia é agora o 6.º país candidato à adesão à EU a fazer parte do Acordo. O acordo de contratação pública conjunta é um mecanismo jurídico e operacional que permite aos países participantes **unir forças face a uma ameaça grave para a saúde e adquirir conjuntamente fornecimentos essenciais**, como medicamentos e equipamento médico. Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, permitiu que os países participantes adquirissem equipamento de proteção individual, agulhas e seringas para a vacinação contra a COVID-19, ventiladores e medicamentos em condições de igualdade.

A participação no acordo de contratação pública conjunta permite a um país **beneficiar do poder de compra combinado dos Estados-Membros da EU e dos países participantes, permitindo um melhor acesso e uma maior segurança do aprovisionamento para contramedidas médicas numa emergência sanitária** através da mutualização das necessidades e da criação de economias de escala. O acordo de contratação pública conjunta também melhora a preparação dos países participantes para doenças transfronteiriças graves, ao dispor de contratos para contramedidas médicas essenciais antes da ocorrência de grandes surtos. Mais recentemente, a Comissão assinou um [contrato-quadro de aquisição conjunta para](#) fornecer até 665,000 doses da vacina contra a gripe zoonótica (gripe aviária) do Seqirus, com uma opção de 40 milhões de doses adicionais. Este contrato, destinado a prevenir a gripe aviária, garante que os países participantes têm acesso a contramedidas médicas, se necessário.

## UE contava com 2,3 milhões de camas de hospital em 2022

Em 2022, a UE [tinha](#) 2,3 milhões de camas de hospital. Olhando para a última década, o número de camas de hospital diminuiu 7% (-171 110 camas) desde 2012. Em relação à população da UE, em média, existiam 516 camas de hospital por 100 000 pessoas em 2022, enquanto em 2012 existiam 563. Esta redução reflete não só o facto de os dados relativos às camas hospitalares abrangerem apenas as camas para internamento (excluindo as camas para cuidados de dia e para cuidados ambulatoriais), mas também os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que reduziram a duração média da estadia para procedimentos de internamento ou substituíram esses procedimentos por outros prestados por cuidados de dia ou cuidados ambulatoriais.

Os números mais elevados de camas hospitalares foram registados na Alemanha (642 107), em França (374 290) e na Polónia (231 789), enquanto os mais baixos foram registados em Malta (2 158), no Luxemburgo (2 609) e em Chipre (2 857). Entre os países da UE, a Alemanha registou não só o maior número de camas de hospital, mas também o segundo maior número em relação à dimensão da população, com 766 camas por 100 000 habitantes. A Bulgária registou o rácio mais elevado em relação à dimensão da sua população, com uma média de 823 camas hospitalares por 100 000 habitantes. Estes dois países foram seguidos pela Roménia, com o terceiro rácio mais elevado (728 camas hospitalares).

Em 2022, a Suécia (190), os Países Baixos (245), a Dinamarca (248), a Finlândia (261), a Irlanda (291) e a Espanha (294 camas) registaram os números mais baixos de camas de hospital em relação à sua dimensão populacional, todos inferiores a 300 camas por 100 000 habitantes.



Tecnologia e Informática

**Comissão designa a plataforma de conteúdos para adultos Xnxx como plataforma em linha de muito grande dimensão ao abrigo do Regulamento Serviços Digitais**

A Comissão Europeia [designou](#) formalmente *Xnxx* como plataforma [em linha de muito grande](#) dimensão ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais (RSD). *Xnxx* é uma plataforma de conteúdos para adultos com uma média de mais de 45 milhões de utilizadores mensais na União Europeia. Este número de utilizador, que *Xnxx* comunicou à Comissão, é superior ao limiar da DSA para a designação como VLOP. Na sequência da decisão como VLOP, a *Xnxx* terá de cumprir as [regras mais rigorosas ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais no prazo de quatro meses a](#) contar da sua notificação (ou seja, até meados de novembro de 2024). Essas obrigações incluem a adoção de medidas específicas para capacitar e proteger os utilizadores em linha, impedir que os menores acedam a conteúdos pornográficos em linha, nomeadamente com ferramentas de verificação da idade, proporcionar acesso aos dados acessíveis ao público aos investigadores e publicar um repositório de anúncios.

### **Comissão aceita os compromissos assumidos pela Apple no sentido de abrir o acesso à tecnologia "tap and go" nos iPhones**

A Comissão Europeia [tornou](#) os compromissos propostos pela Apple juridicamente vinculativos ao abrigo das regras comunitárias no domínio *antitrust*. Os compromissos dão resposta às preocupações da Comissão em matéria de concorrência relacionadas com a recusa da *Apple* de conceder aos concorrentes o acesso a uma tecnologia normalizada utilizada para os pagamentos sem contacto com os *iPhones* nas lojas ("Near-Field-Communication (NFC)" ou "tap and go"). O *Apple Pay* é a carteira móvel da *Apple* utilizada para permitir que os utilizadores do *iPhone* efetuem pagamentos com os seus dispositivos em lojas e em linha. Os *iPhones* da *Apple* funcionam exclusivamente com o sistema operativo "iOS" da *Apple*. A *Apple* controla todos os aspetos do seu ecossistema, incluindo as condições de acesso para os criadores de carteiras móveis.

### **Comissão envia conclusões preliminares a X por violação do Regulamento Serviços Digitais**

A Comissão Europeia [informou](#) a *X* da sua opinião preliminar de que viola o Regulamento [Serviços Digitais \(RSD\)](#) em domínios relacionados com padrões obscuros, transparência publicitária e acesso aos dados por parte dos investigadores. A transparência e a responsabilização em relação à moderação de conteúdos e à publicidade estão no cerne do RSD.

A *X*, anteriormente conhecido por *Twitter*, foi [designado](#) como [plataforma em linha de muito grande dimensão](#) a 25 de abril de 2023 ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais da UE, na sequência da sua declaração de chegar a mais de 45 milhões de utilizadores ativos mensais na UE. A 18 de dezembro de 2023, a Comissão [deu início a um procedimento formal para](#) avaliar se *X* pode ter violado o Regulamento Serviços Digitais em domínios relacionados com a divulgação de conteúdos ilegais e a eficácia das medidas tomadas para combater a manipulação da informação, relativamente às quais a investigação prossegue, bem como padrões obscuros, transparência publicitária e acesso aos dados por parte dos investigadores, que são objeto das conclusões preliminares hoje adotadas.

A Comissão criou igualmente uma [ferramenta de denúncia](#) de irregularidades, que permite aos trabalhadores e a outras pessoas com conhecimentos contactarem a Comissão de forma anónima, a fim de contribuir para o controlo da conformidade por parte da Comissão por parte das plataformas em linha de muito grande dimensão/VLOSE designadas. A Comissão deu igualmente início a um processo formal contra a *TikTok* em [fevereiro](#) e [abril de](#) 2024, a *AliExpress* em [março de](#) 2024 e a *Meta* em [abril](#) e [maio de](#) 2024.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2024 e 2025.](#)



Em aberto



**Procura emprego nas Instituições Europeias?**

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



**Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro**

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



### Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



### Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



### Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



### Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



### Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



### Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



### Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



### IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



### Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



### Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



## Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



## Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



## O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

### Legenda:





### Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – [Perguntas e Respostas](#) | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

### Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

[gabinetebruxelas@azores.gov.pt](mailto:gabinetebruxelas@azores.gov.pt) | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!